SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 15

1

ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE ESCRITA DA PEÇA PRÁTICA 27

1.1. ESTÉTICA 27
1.2. PARÁGRAFO 29
1.3. RASURAR 30
1.4. CABEÇALHO E ESPAÇAMENTO 31
1.5. ERROS QUE VÃO LHE ELIMINAR 33
1.6. USO ADEQUADO DE SIGLAS E ABREVIAÇÕES 33
1.7. DA POLISSEMIA DO RELATÓRIO 34

2

A TÉCNICA DE IDENTIFICAÇÃO DA PEÇA PRÁTICA 37

2.1. 1º PASSO – O MAPEAMENTO ATIVO DO ENUNCIADO 37
2.2. 2º PASSO: SIGA O ROTEIRO DE PERGUNTAS 38
2.3. 3º PASSO: IDENTIFICAÇÃO DE GATILHOS FÁTICOS 40
2.4. 4º PASSO: SUBSUNÇÃO ÀS LEIS PENAIS ESPECIAIS 41
2.5. 5º PASSO: CUMULAÇÃO FÁTICA E EXCLUSÃO DE PEDIDOS 42

3

A ESTRUTURA BÁSICA DAS PEÇAS PRÁTICAS 43

3.1. CLASSIFICAÇÃO DAS PEÇAS POLICIAIS 43
3.2. A LINHA DO TEMPO DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL 44
3.3. ESTUDO DA ESTRUTURA DA PEÇA ADMINISTRATIVA 44
3.3.1. Detalhamento dos Elementos da Peça Administrativa 46
3.4. ESTRUTURA DA PEÇA REPRESENTATIVA 50
3.4.1. Endereçamento 52
3.4.2. Referências 58

3.4.3. Preâmbulo ... 59
3.4.4. Fatos ... 61
3.4.5. Fundamentos ... 61
3.4.6. Pedidos ... 62
3.4.7. Finalização ... 62
3.5. PEÇAS HÍBRIDAS: O "COMBO" CRIADO PELAS BANCAS ... 63

4

DAS PEÇAS ADMINISTRATIVAS EM ESPÉCIE ... 65

4.1. DA PORTARIA ... 65
4.1.1. Mapa da Peça – Portaria: Modelo genérico ... 67
4.1.2. Portaria cumulada com representação ... 70
4.1.2.1. Mapa da Peça – Portaria cumulada com representação 71
4.2. DA PRISÃO EM FLAGRANTE ... 74
4.2.1. Auto de Prisão em Flagrante (APF) ... 81
4.2.1.1. Mapa da Peça – Auto de Prisão em Flagrante (APF) – Modelo Genérico ... 81
4.2.2. Auto de Prisão em Flagrante (APF) cumulado com coleta de material genético ... 84
4.2.2.1. Mapa da Peça – Auto de Prisão em Flagrante (APF) cumulado com coleta de material genético ... 85
4.2.3. Despacho em Auto de Prisão em Flagrante ... 89
4.2.3.1. Mapa da Peça – Despacho em Auto de Prisão em Flagrante ... 90
4.3. DO TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO) ... 93
4.3.1. Mapa da Peça – TCO: Modelo genérico ... 94
4.4. DOS AUTOS ... 98
4.4.1. Auto de Constatação Preliminar de Substância Entorpecente (Laudo de Constatação da Natureza e Quantidade da Droga – art. 50, § 1º) ... 98
4.4.1.1. Mapa da Peça – Auto de Constatação Preliminar de Substância Entorpecente ... 99
4.4.2. Auto de Utilização de Algemas (Súmula Vinculante 11, STF) ... 101
4.4.2.1. Mapa da Peça – Auto de Utilização de Algemas (Súmula Vinculante 11, STF) ... 102
4.4.3. Auto de Formalização de Condução Coercitiva ... 104
4.4.3.1. Mapa da Peça – Auto de Formalização de Condução Coercitiva ... 105
4.5. DOS OFÍCIOS ... 106

4.5.1. Ofício de Requisição Direta de Dados Cadastrais (Lei do Marco Civil da Internet) 107
4.5.2. Ofício para requisição de dados cadastrais (a partir do IMEI) 109
4.5.3. Ofício de requisição de acesso direto a dados cadastrais e de conexão 110
4.5.4. Ofício de requisição direta de dados cadastrais de instituição bancária 113
4.5.5. Ofício de requisição de extrato de chamadas (bilhetagem) 114
4.5.6. Ofício de requisição de registro de viagem 116
4.5.7. Ofício de requisição de dados cadastrais na hipótese do art. 13-A, CPP 117
4.5.8. Ofício de requisição de localização da vítima ou suspeito na hipótese do art. 13-B, CPP 119
4.5.9. Ofício de requisição de relatórios de inteligência da COAF 121
4.5.9.1. Mapa de Peça – Ofício de requisição de relatórios de inteligência da COAF 122
4.5.10. Ofício de requisição direta de meios técnicos (art. 13-B, § 4º, do CPP) 124
4.5.11. Ofício pedindo congelamento de dados telemáticos 125
4.5.12. Ofício de Guia de Encaminhamento para Exame de Corpo de Delito (IML) 127
4.6. DOS DESPACHOS 129
4.6.1. Despacho de Concessão de Medida Protetiva de Urgência (art. 12-C da Lei Maria da Penha) 129
4.6.2. Despacho de Concessão de Medida Protetiva de Urgência (art. 14 da Lei Henry Borel) 135
4.6.3. Despacho de determinação de reprodução simulada dos fatos 137
4.6.4. Despacho de Indeferimento de diligências requeridas (art. 14, CPP) 139
4.6.5. Despacho de Identificação Criminal 140
4.6.6. Despacho de não lavratura de APF – Apresentação espontânea 142
4.6.7. Despacho de não lavratura de APF – Princípio da Insignificância 144
4.6.8. Despacho de não lavratura de APF – Prestou Socorro no CTB 146
4.6.9. Despacho de Desindiciamento 148
4.6.10. Despacho de Negativa de Acesso ao Inquérito (Pedido Genérico) 150
4.7. DA COLABORAÇÃO PREMIADA 151
4.7.1. Legitimidade do Delegado e a "Eficácia Condicionada" 151
4.7.2. Mapa de Peça – Termo de Acordo de Colaboração Premiada 152
4.8. DO RELATÓRIO 156
4.8.1. Mapa de Peça – Relatório com Indiciamento 156
4.8.2. Mapa de Peça – Relatório com Sugestão de Arquivamento 158
4.8.3. Mapa de Peça – Relatório Final com Representação por Medidas Cautelares (Prisão, Busca e Apreensão ou Bloqueio de Bens) 160

5
INTRODUÇÃO ÀS PEÇAS REPRESENTATIVAS 163

6
MEDIDAS CAUTELARES 165

6.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS ÀS MEDIDAS CAUTELARES 165
6.1.1. Conceito 165
6.2. CARACTERÍSTICAS 166
6.3. ESPÉCIES DE MEDIDAS CAUTELARES 168
6.4. CRITÉRIOS DEFINIDORES DA MEDIDA CAUTELAR CABÍVEL 169
6.4.1. Principais Dúvidas na Escolha das Medidas Cautelares 172
6.4.2. *Checklist* de Identificação da Peça Cautelar 174
6.5. MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS 180
6.5.1. Das Prisões Cautelares 180
6.5.1.1. Da Prisão Preventiva 183
6.5.1.2. Da Prisão Temporária 211
6.5.2. Mapa da Peça 219
6.5.3. Das medidas cautelares diversas da prisão 230
6.5.3.1. Monitoração Eletrônica 236
6.5.3.2. Afastamento Cautelar de Servidor Público 239
6.5.3.3. Proibição de exercício de atividades que envolva contrato com criança, adolescente ou vulnerável (art. 350-B, CPP) 251
6.6. MEDIDAS CAUTELARES PROBATÓRIAS 253
6.6.1. Busca e Apreensão 254
6.6.1.1. Busca e Apreensão Domiciliar 255
6.6.1.2. Busca e Apreensão Itinerante (Adesiva) 258
6.6.2. Quebras de Sigilo 263
6.6.2.1. Quebra de Sigilo Bancário 265
6.6.2.2. Quebra de Sigilo Fiscal 267
6.6.2.3. Quebra de Sigilo Bursátil 270
6.6.2.4. Quebra de Sigilo Telefônico 272
6.6.2.4.1. Quebra de Sigilo das Comunicações Telefônicos em Fluxo (Interceptação Telefônica) 273
6.6.2.4.2. Quebra de Sigilo de Dados Telefônicos Armazenados 280
6.6.2.5. Quebra de Sigilo de Dados de Estação Rádio Base (ERB) 284

6.6.2.6. Quebra de Sigilo Telemático 287
6.6.2.6.1. Quebra de Sigilo das Comunicações Telemáticas em Fluxo (Interceptação Telemática) 288
6.6.2.6.2. Quebra de Sigilo de Dados Telemáticos Armazenados .. 292
6.6.2.6.2.1. Quebra de Sigilo de Dados de localização geográfica (geofencing) 297
6.6.3. Captação Ambiental 302
6.6.3.1. Requisitos Legais 304
6.6.3.2. Comparativo Estratégico: Interceptação Telefônica x Captação Ambiental 305
6.6.3.3. Da Tarefa 305
6.6.3.4. Da Prorrogação 306
6.6.3.5. Mapas de Peça 307
6.6.4. Infiltração de Agentes 313
6.6.4.1. Infiltração pessoal 314
6.6.4.1.1. Limites Dogmáticos: Agente Infiltrado x Agente Provocador 314
6.6.4.1.2. Microssistema legal e infiltração pessoal de agentes 315
6.6.4.1.3. Mapa da Peça 318
6.6.4.2. Infiltração virtual de agentes 328
6.6.4.2.1. Mapa da Peça 330
6.6.5. Ação controlada 342
6.6.5.1. Microssistemas Legais e Procedimentos 343
6.6.5.2. Mapas de Peça – Representação de Ação Controlada ou Entrega Vigiada 345
6.6.6. Representação pela Produção Antecipada de Prova e do Depoimento Especial 351
6.6.6.1. Requisição ao MP de Ação cautelar de Antecipação de Provas – Lei Henry Borel 353
6.6.6.2. Representação de Depoimento Especial no Estatuto da Criança e do Adolescente 356
6.6.7. Dos Dados do Perfil Genético e Datiloscópico 360
6.6.7.1. Acesso ao Banco de Dados de Perfil Genético 360
6.6.7.2. Identificação Genética 363
6.6.7.3. Da Identificação Datiloscópica e do Acesso ao Banco Multibiométrico 365
6.7. MEDIDAS CAUTELARES REAIS 368
6.7.1. Sequestro de bens 368
6.7.1.1. Mapa da Peça – Sequestro de bens móveis 371
6.7.1.2. Mapa da Peça – Sequestro de bens imóveis 373

6.7.1.3. Mapa da Peça – Sequestro de bens na Lei de Drogas 375
6.7.1.4. Mapa da Peça – Sequestro de bens na Lei de Lavagem de Capitais 377
6.7.2. Sequestro de bens por equivalência 379
6.7.2.1. Mapa de Peça – Sequestro de bens por equivalência 381
6.7.3. Sequestro Alargado 383
6.7.3.1. Mapa de Peça – Sequestro Alargado 385
6.7.4. Alienação antecipada de bens 387
6.7.4.1. Mapa de Peça – Alienação antecipada de bens 390

7

MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA 393

7.1. NOTAS INTRODUTÓRIAS ÀS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA 393
7.2. DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL 394
7.2.1. Das Medidas Protetivas de Urgência do art. 350-A, CPP 396
7.2.1.1. A Medida Protetiva de Urgência do § 6º do art. 350-A, CPP 401
7.3. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA LEI MARIA DA PENHA (LMP) 404
7.4. MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA NA LEI HENRY BOREL 411

8

MEDIDAS ASSECURATÓRIAS CAUTELARES DA LEI ANTIFACÇÃO – LEI Nº 15.358/2026 417

8.1. CAMPO DE INCIDÊNCIA DAS MEDIDAS 418
8.2. AS PRINCIPAIS NOVIDADES PARA A PROVA 419
8.3. DISPOSIÇÕES GERAIS QUE DEVEM APARECER NO RACIOCÍNIO DA PEÇA 420
8.3.1. Prazo do inquérito policial 420
8.3.2. Prazo para manifestação do Ministério Público e decisão judicial 421
8.3.3. Urgência ou risco de ineficácia: prazo simultâneo de 24 horas 421
8.3.4. Revisão ministerial da representação indeferida 421
8.3.5. Forças-tarefa integradas, operações conjuntas e sigilo 422
8.3.6. Cooperação internacional e recuperação de ativos 422
8.3.7. Aplicação da Lei nº 12.850/2013 e da Lei nº 9.613/1998 422
8.4. ESTRUTURA-PADRÃO DAS REPRESENTAÇÕES DA LEI Nº 15.358/2026 423
8.4.1. Cabeçalho 423
8.4.2. Preâmbulo: fórmula geral 424
8.4.3. Fatos 424

8.4.4. Fundamentos cautelares ... 424
8.4.5. Pedidos gerais ... 426
8.4.6. Como formular corretamente o pedido de sigilo ... 426
8.4.7. Finalização ... 427
8.4.8. Mapa de Peça – Estrutura padrão das representações da Lei nº 15.358/2026 ... 427
8.5. REPRESENTAÇÃO POR SEQUESTRO, ARRESTO, BLOQUEIO OU INDISPONIBILIDADE DE BENS, DIREITOS E VALORES ... 429
8.5.1. O que deve ser demonstrado ... 429
8.5.2. Preâmbulo ... 430
8.5.3. Dos fundamentos ... 430
8.5.4. Pedidos ... 430
8.6. REPRESENTAÇÃO PELA SUSPENSÃO, LIMITAÇÃO OU PROIBIÇÃO DE ATIVIDADES ECONÔMICAS, FINANCEIRAS, EMPRESARIAIS OU PROFISSIONAIS ... 433
8.6.1. Cuidado com a proporcionalidade ... 433
8.6.2. Preâmbulo ... 433
8.6.3. Pedidos ... 434
8.7. REPRESENTAÇÃO PELO BLOQUEIO CAUTELAR DE ACESSO A SISTEMAS FINANCEIROS, MEIOS DE PAGAMENTO, PLATAFORMAS DIGITAIS, DOMÍNIOS E REDES DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA ... 436
8.7.1. Elementos indispensáveis ... 436
8.7.2. Pedidos ... 436
8.8. REPRESENTAÇÃO PELA PROIBIÇÃO DE EMISSÃO OU USO DE INSTRUMENTOS DE CRÉDITO, DÉBITO, TRANSFERÊNCIAS ELETRÔNICAS, PIX E OPERAÇÕES EM CORRETORAS DE CRIPTOATIVOS ... 437
8.8.1. Preâmbulo ... 437
8.8.2. Pedidos ... 437
8.9. COMUNICAÇÃO OBRIGATÓRIA AO COAF, BANCO CENTRAL, CVM, SUSEP E RECEITA FEDERAL ... 439
8.9.1. Como usar na peça ... 439
8.10. REPRESENTAÇÃO PELA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO FORNECIMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS OU PRIVADOS UTILIZADOS NA PRÁTICA CRIMINOSA ... 440
8.10.1. Fundamentos específicos ... 440
8.10.2. Pedidos ... 440
8.11. REPRESENTAÇÃO PELO AFASTAMENTO CAUTELAR DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO ... 441
8.11.1. Pontos de prova ... 441
8.11.2. Pedidos ... 441
8.12. REPRESENTAÇÃO PELA PROIBIÇÃO DE SAÍDA DO TERRITÓRIO NACIONAL E APREENSÃO DE PASSAPORTE ... 441
8.12.1. Pedidos ... 442

8.13. COMUNICAÇÃO COMPULSÓRIA ÀS JUNTAS COMERCIAIS, CARTÓRIOS DE REGISTRO DE IMÓVEIS E ÓRGÃOS DE TRÂNSITO 442
8.13.1. Pedidos 442
8.14. REPRESENTAÇÃO PELA INIDONEIDADE CAUTELAR PARA CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO OU RECEBER BENEFÍCIOS 443
8.14.1. Fundamentos específicos 443
8.14.2. Pedidos 443
8.15. REPRESENTAÇÃO PELO USO PROVISÓRIO OU PELA ALIENAÇÃO ANTECIPADA DO BEM 444
8.15.1. Quando pedir uso provisório 444
8.15.2. Quando pedir alienação antecipada 444
8.15.3. Preâmbulo 444
8.15.4. Pedidos 445
8.16. REPRESENTAÇÃO PELO AFASTAMENTO DOS SÓCIOS E INTERVENÇÃO JUDICIAL NA ADMINISTRAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA 445
8.16.1. Pressupostos 445
8.16.2. Efeitos imediatos da decisão 445
8.16.3. Preâmbulo 446
8.16.4. Fundamentos específicos 446
8.16.5. Pedidos 447
8.17. MODELO DE REPRESENTAÇÃO CUMULATIVA – ASFIXIA FINANCEIRA, DIGITAL E OPERACIONAL 449
8.18. SUBMISSÃO DA MATÉRIA À REVISÃO DA INSTÂNCIA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 451
8.19. QUADRO DE PRAZOS 453
8.20. CUIDADOS QUE DEVEM SER OBSERVADOS 454
8.21. NOTAS TÉCNICAS IMPORTANTES 455
8.22. FONTES NORMATIVAS ESSENCIAIS 455

9

CONSIDERAÇÕES FINAIS 457

9.1. PENSANDO COMO DELEGADO DE POLÍCIA MESMO QUANDO A PEÇA NÃO ESTÁ EVIDENTE 457

10

PROVAS ANTERIORES 461

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PROVAS PRÁTICAS ANTERIORES 505

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 515